

Em ato para Bolsonaro, ataques são terceirizados

Manifestação na Praia de Copacabana teve discursos religiosos, como o de Michelle, e críticas a Moraes e Lula

ANA CLARA VELOSO, CAIO SARTORI, FERNANDA ALVES E LUISA MARTELLO
publico@oglobo.com.br

Os apoiadores de Jair Bolsonaro atenderam o ex-presidente e ontem pela manhã lotaram um trecho da Praia de Copacabana, na Zona Sul do Rio, com suas camisas verde-e-amarelas e bandeiras do Brasil e de Israel. A manifestação de apoio ao ex-chefe do Planalto, investigado pelo Supremo Tribunal Federal e inelegível até 2030, atraiu 32,7 mil pessoas, segundo o grupo de pesquisa Monitor do Debate Político da USP, coordenado pelo colunista do GLOBO Pablo Ortellado e por Márcio Moretto.

O ato foi marcado por discursos de cunho religioso, como o da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, e por ataques ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A exemplo do que ocorreu na manifestação de fevereiro, em São Paulo, o pronunciamento mais duro coube ao pastor Silas Malafaia, principal realizador dos dois encontros, que centrou críticas no ministro do STF Alexandre de Moraes, e no presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), chamado por ele de "frouxo" e "omisso".

O tema mais recorrente nos pronunciamentos e entre o público foi o embate entre Moraes e o bilionário sul-africano Elon Musk, proprietário do X (antigo Twitter), que ameaçou descumprir decisões judiciais de bloqueio de perfis suspeitos de compartilhar conteúdo golpista. Uma pesquisa do Monitor do De-

bate Político da USP com 368 presentes revelou que a ampla maioria dos participantes tinha acima de 45 anos, mas que estava bem dividida entre homens (49%) e mulheres (51%).

—O que eles querem é a ditadura, com o controle social da mídia. Acusam agora o homem mais rico do mundo, dono de uma plataforma cujo objetivo é fazer com que o mundo todo seja livre — que voltou a pedir anistia aos condenados pelo 8 de Janeiro.

Bolsonaro teve a companhia dos governadores do Rio, Cláudio Castro, e de Santa Catarina, Jorge Haddad, ambos do PL. Apesar de esperado, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), não compareceu; apenas publicou um vídeo nas redes em apoio pouco depois do fim do ato. A assessoria de Tarcísio não informou a razão da ausência.

ATAQUES DE MALAFAIA

Romeu Zema (Novo), de Minas, e Ronaldo Caiado (União), de Goiás, também não participaram. Zema estava nas comemorações do feriado de Tiradentes em Ouro Preto. Caiado justificou já ter comparecido ao ato de São Paulo.

O ex-presidente adotou a retórica de perseguição usada desde que foi declarado inelegível pelo Tribunal Superior Eleitoral. Ele também negou a existência de uma minuta de golpe para interferir no resultado das eleições de 2022, documento encontrado pela Polícia Federal.



Acesso aos apoiadores. O ex-presidente Bolsonaro voltou a pedir anistia aos condenados pelos ataques do 8 de Janeiro em seu discurso em Copacabana



Menos discursos. Bolsonaro cancela ou pronuncia menos porque pessoas tiveram passado ruim por causa do calor

No pico, manifestação reuniu 32,7 mil durante fala de ex-presidente, segundo Monitor do Debate Político da USP

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro fez citações religiosas e comandou uma oração, repetindo o roteiro do ato na Avenida Paulista. Presidente do PL Mulher, ela defendeu que as mulheres fizessem "política feminina e não feminista".

Políticos do PL que iriam discursar, como os deputados federais Helio Lopes (RJ) e os senadores Flávio Bolsonaro (RJ) e Rogério Marinho (RN), foram cortados em cima da hora. Segundo Malafaia, a decisão foi de Bolsonaro, porque pessoas passavam mal com o calor.

A organização do ato, que arrecadou R\$ 125 mil em vaquinhas, se preocupou em evitar que participantes investigados pelas investidas antidemocráticas se aprovassem. Por decisão de Moraes, o general Walter Braga Netto, e o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, estão impedidos de manter contato. Eles foram os primeiros a discursar e deixaram o ato antes de Bolsonaro chegar.

Na barreira montada na esquina da Rua Bolívar com a Domingos Ferreira, um tumulto foi formado após falta de credenciamento de autoridades que desejavam acesso privilegiado ao ato. No local, os presentes apelam pela liberação enquanto seus cargos no partido, mostrando e-mails trocados e até se declarando como pré-candidatos. Mas poucos foram liberados.

Rio reuniu 18% do ato na Paulista

A manifestação de apoio a Bolsonaro atraiu na manhã de ontem 32,7 mil pessoas a Copacabana, segundo o grupo de pesquisa Monitor do Debate Político da USP, coordenado pelo colunista do GLOBO Pablo Ortellado e por Márcio Moretto. O número representa 18% dos 185 mil do ato em fevereiro na Avenida Paulista e

metade dos manifestantes no Sete de Setembro de 2022, também em Copacabana. O grupo usou 35 fotos aéreas para o cálculo. As 32,7 mil pessoas foram registradas no momento do pico, o pronunciamento do ex-presidente ao meio-dia. A margem de erro é de 12%, para mais ou para menos, o que representa 3,9 mil pessoas.

Presidente do PL, Valdemar Costa Neto, disse que o ato tivesse sido à tarde ficaria mais cheio. Uma pesquisa do Monitor com 368 presentes apontou que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), é o preferido (54%) para concorrer à presidência em 2026, caso Bolsonaro não possa. Em seguida,

foram citados Michelle Bolsonaro (23%), o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (4%), e o general Braga Netto (4%). Para prefeito do Rio, 63% defenderam o apoio a Alexandre Ramagem (PL), Ottoni de Paula (5%), Eduardo Paes (2%) e Rodrigo Amorim (2%) também foram citados. Outros 26% preferem

"outro", "nenhum" ou não souberam responder. A maioria respondeu confiar muito (40%) na investigação da PF sobre a morte de Marielle Franco e 56% concordaram com a prisão do deputado Chiquinho Brazão, apontando como mandante. A margem de erro é de 5 pontos percentuais para mais ou para menos.

STF nega pedido para libertar presos do 8 de janeiro

Corte confirma decisão de Nunes Marques, que alegou regra que impede análise habeas corpus contra decisão de outro ministro

DIMITRIS DANTAS E DANIEL GILLO
publico@oglobo.com.br

O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou uma decisão do ministro Nunes Marques que negou um pedido de liberdade para todos os presos do 8 de janeiro e envio das ações para a Justiça Federal. No julgamento, realizado no plenário virtual, todos os mi-

nistros acompanharam o voto de Nunes Marques.

Os ministros não chegaram a considerar o mérito da ação. Na sua decisão, Nunes Marques indicou a regra do Supremo de não analisar habeas corpus apresentado contra decisão de ministro da Corte. No caso, os ministros consideraram que o autor da ação, o Instituto Nacional Brasileiro de Desenvolvimento Humano, Sustentável, Social e

Político, estava recorrendo de uma decisão do ministro Alexandre de Moraes. Com sede em Januária (MG), de acordo com seu site, o instituto foi fundado em 2016 pelo advogado Auro Nogueira de Barros.

"Embora os agravantes aleguem que a irrisignação está direcionada contra ato da Procuradoria-Geral da República, tem-se caracterizada impugna-

ção de decisão proferida pelo Relator do Inq. 4.922, ministro Alexandre de Moraes", considerou Nunes Marques. Moraes, por ser relator do inquérito, não votou.

Os julgamentos do 8 de janeiro são feitos diretamente no Supremo Tribunal Federal. Até o momento, as acusações resultaram em 196 condenações, de acordo com o STF.

No começo do mês, o Supremo condenou três participantes dos atos antidemocráticos, e pela primeira vez, em sessão virtual, as sentenças foram

para Moacir José dos Santos (17 anos de prisão), João Lucas Vale Clifton (14 anos), detido dentro do Senado, e Davis Baek (12 anos), que estava com rojões, armas brancas e um projétil de gás lacrimogêneo quando foi detido perto do Ministério da Defesa. Nos três casos, Nunes Marques abriu uma divergência em relação ao voto de Moraes, seguido pelos outros ministros, Nunes Marques, revisor das ações penais, optando pela condenação quanto aos crimes de deterioração de patrimônio tombado e dano qualificado pela violência e grave ameaça pela absolvição de Baek.



CARLOS VIGI/AGF/10-10-2022